



PREFEITURA MUNICIPAL DE PACAEMBU

Av: José Galdino dos Santos, 967 – Telefone: (18) 3862 9090 – Fax: (18) 3862 9092

CNPJ nº44.927.267/0001-02 – CEP: 17860-000 – PACAEMBU –SP

E-mails – pmpacaembu@abcrede.com.br/pmpgabinete@abcrede.com.br

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 07/2021 DO PROCESSO Nº 89/2021 – INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO Nº 05/2021 DE 01 DE JANEIRO DE 2022 A 31 DE DEZEMBRO DE 2022.

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PACAEMBU, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E “ASSOCIAÇÃO SÃO VICENTE DE PAULO”.

O **MUNICÍPIO DE PACAEMBU**, inscrito no CNPJ nº 44.927.267/0001-02, representado neste ato por seu Prefeito, JOÃO FRANCISCO MUGNAI NEVES, portador do RG nº 40.554.897-7 e CPF nº 338.525.158-31, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL neste ato representada pelo secretário PABLO FERNANDO GORDO DE JESUS, portadora do RG nº 40.082.226-X CPF nº 352.364.218/37, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL** e a “**ASSOCIAÇÃO SÃO VICENTE DE PAULO**”, inscrita no CNPJ sob 53.526.299/001-89, com sede na Rua Massanori Kawano, nº 430, representada pelo seu PRESIDENTE JOÃO CARLOS SAMOGIM, portador do RG nº 11.064.722-1 nº e CPF nº 926.274.808-63, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, resolvem celebrar o presente termo de colaboração, observadas as disposições da Lei nº 13.019, de 31 de Julho de 2.014, alterada pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, bem como pelo Decreto nº 4.141/2021, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2021, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 - O presente termo de colaboração, tem por objeto o repasse de recursos pela Prefeitura do Município de Pacaembu, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado;

II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Estado.